

Os chamados da população para a polícia: a gestão policial do território em contextos de aproximação entre polícia e população, o caso do Ronda do Quarteirão

*The calls for service made to the police: the police
management of territory in contexts of approximation
between police and population, the case of
"Ronda do Quarteirão"*

Wendell de Freitas Barbosa*

Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte-CE, Brasil

1. Introdução

Este artigo reúne importantes reflexões frutos de pesquisa realizada entre os anos de 2010 e 2012 com policiais militares e moradores da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará¹. O trabalho de campo foi realizado acompanhando os policiais na viatura durante a realização do patrulhamento e o atendimento aos chamados da população. Também foram mantidas relações com moradores dos bairros que possuíam residência na área de operações da polícia militar da cidade onde o estudo se concentrou.

A investigação sobre as forças policiais como objeto de estudo da sociologia tem em suas raízes a abordagem de Max Weber sobre a consolidação do Estado moderno. Para ele, tal processo foi possível mediante a racionalização dos meios de legitimidade da dominação, baseado em princípios

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Adjunto da Universidade Federal do Cariri, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e ao Curso de Administração Pública. E-mail: wendell.Barbosa@ufca.edu.br.

¹ Região situada ao centro-sul cearense entrecortando estados circunvizinhos. No Ceará, a microrregião inclui as cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras, Santana do Cariri, Caririçu e Farias Brito. A região metropolitana se concentra nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, cidades com maiores populações, equipamentos urbanos e atividade econômica.

legais impessoais. Essa configuração se manteria estável por meio autorização social do monopólio legítimo da força física pelo Estado. Embora a sua discussão se restrinja à atuação do uso desse instrumental para a proteção das fronteiras e do território dos Estados Nacionais Modernos², a regulação interna do território também está relacionada a reivindicação desse monopólio legítimo. O objeto de atenção desse artigo recorta justamente os contextos da atuação das forças policiais, especificamente a atuação da Polícia Militar do Ceará (PMCE) e sua relação com a população, durante as atividades de patrulhamento e o atendimento a ocorrências.

O olhar sobre a configuração das forças policiais e da segurança pública pelas ciências sociais tem provocado profícuos debates entre a academia e o poder público. Essa tradição, que, no Brasil, tem como um de seus pilares os estudos realizados na década de 1980 por Paulo Sérgio Pinheiro sobre a crise nas polícias militares³, tem inspirado uma incursão analítica sobre as práticas policiais. Os estudos brasileiros sobre as práticas policiais têm polarizado tradicionalmente os dilemas na ruptura do legado autoritário, relacionado ao período da ditadura militar (1964-1985), com a implantação do regime democrático no Brasil. Os estudos apontam para a dificuldade que a ruptura com práticas atribuídas à polícia tradicional (truculência, desrespeito aos direitos humanos, repressão aos movimentos sociais etc.) gera para o surgimento de uma “nova” polícia (respeitando aos direitos humanos, fortalecendo o diálogo e a aproximação com a sociedade) de interesse e afinidade democrática.

No caso do estado do Ceará em particular, destacam-se os estudos de Brasil⁴, Barreira⁵, Pinheiro⁶ e Freitas, Melo e Almeida⁷ que, discutindo essa temática, refletiram sobre os avanços e recuos na democratização das práticas policiais no Ceará⁸. Esses pesquisadores têm discutido as dificuldades de mudança no interior do campo da política de segurança pública, frente

2 WEBER, 2002.

3 PINHEIRO, 1982.

4 BRASIL, 2003.

5 BARREIRA, 2004.

6 PINHEIRO, 2008.

7 FREITAS; MELO; ALMEIDA, 2010.

8 No cenário nacional mais amplo, sobretudo em abordagens sobre a crise das instituições policiais no contexto da região sudeste brasileira, podem ser citados outros autores que pensaram sobre questões semelhantes, ver, por exemplo: CERQUEIRA, 2001; MUNIZ, 2001; ZAVERUCHA, 2001; e BENGOCHEA, 2004.

ao contexto de desgaste da imagem das instituições policiais — marcadas por um passado obscuro de corrupção, truculência, criminalização dos movimentos sociais, o uso da tortura, a violação dos direitos humanos etc.

Nessa perspectiva, esses estudos abordam as tentativas de modernização e moralização da polícia⁹. Isso se deu por meio de tentativas de mudanças ocorridas na política de segurança pública do Ceará desde a chamada democratização do regime (após 1985). É o chamado “Governo das Mudanças” que marca esse período político do estado do Ceará até a primeira década dos anos 2000¹⁰. A insurgência de demandas públicas por mudanças nas práticas policiais, diante de escândalos envolvendo policiais militares, propiciaram tentativas de integração entre as polícias militar e civil e o corpo de bombeiros, a criação da corregedoria integrada de polícia e a implantação dos distritos modelos no ano de 1997¹¹.

Na continuidade desse contexto, durante o primeiro mandato Governador Cid Gomes (2006-2010), após intensa campanha publicitária nas eleições, foi implantado no estado do Ceará o Programa de Policiamento Comunitário Ronda do Quarteirão. Acompanhado de um forte *marketing* político, esse programa foi implantado inicialmente em Fortaleza no ano de 2007 e expandido para outras cidades do interior do Ceará nos anos seguintes. Na cidade Juazeiro do Norte, contexto da presente pesquisa, a chamada “Polícia da Boa Vizinhança”¹² teve sua chegada em meados do ano de 2008¹³. Inicialmente, foi apontada como a solução para reduzir os índices de violência da cidade¹⁴. Contando com viaturas modernas, armamentos novos, telefone móvel, computador de bordo e policiais que passaram por treinamento trabalhando habilidades como a mediação de conflitos e direitos humanos, por exemplo, esse programa ficou marcado pelas grandes expectativas da população a respeito do sucesso de seu funcionamento.

O programa atuava por meio de áreas de operações que delimitavam geograficamente os lugares onde cada viatura devia circular¹⁵. O presente

9 BARREIRA, 2004.

10 BARREIRA, 2004, p. 80.

11 BRASIL; ABREU, 2002.

12 Slogan do Programa de Policiamento Ronda do Quarteirão.

13 O Ronda do Quarteirão foi ampliado nos anos seguintes progressivamente para os municípios do interior do estado com população igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

14 FREITAS, 2010.

15 As “Áreas Operacionais” delimitam o espaço de 1,5 a 3 quilômetros quadrados.

estudo retrata o contexto do período que data do início do ano de 2010 e cessa nos primeiros meses de 2012. A discussão do artigo caminha pelo debate acerca das práticas policiais no Brasil e sobre as concepções teóricas do policiamento comunitário. Aborda, dessa maneira, os contextos da implantação de programas pretendidos e divulgados como sendo de proximidade e comunitários no Brasil¹⁶. A abordagem metodológica do estudo se concentrou em entender as relações entre polícia e população tendo como pano de fundo os atendimentos dos chamados da população, aquilo que é denominado no meio policial como a “ocorrência policial”.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, todas as áreas de operações da cidade foram visitadas. No entanto, optou-se por concentrar o estudo em uma área de operações específica. A área em questão é composta por bairros periféricos tratados ficcionalmente por questões éticas pelos codinomes de bairros *Bairro X*, *Bairro Y* e *Bairro Z*. Essa escolha deve-se ao fato de a área ser considerada a de maior complexidade na cidade pelos policiais do Ronda do Quarteirão. Nessa área há maior número de ocorrências policiais, bem como casos constantes de conflitos envolvendo moradores e policiais.

O presente estudo analisa as relações entre moradores e policiais contextualizadas nas práticas de uma “polícia do presente”¹⁷. A questão central tratada é a forma como os chamados realizados à polícia pela população configuram uma dimensão importante a ser considerada sobre as relações entre a polícia e suas clientelas em territórios que, até então, estiveram esquecidos pelas políticas de segurança e sociais.

Os chamados são denúncias elaboradas e realizadas para a instituição policial pelos moradores que revelam as relações que se forjam no interior dos bairros entre moradores e policiais em dois planos não desvinculados um do outro. No primeiro plano, a questão seria pensar como as denúncias realizadas à polícia ou contra a polícia são o termômetro para pensar o grau de aproximação entre os chamados “parceiros da segurança”, em termos de constituição de laços de solidariedade, sociabilidades,

16 No cenário midiático nacional teve destaque a implantação em 2008 das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro onde, supostamente, o tráfico de drogas exercia uma rede de poder paralela e independente da autoridade pública estatal. O livro organizado por José Rattón e Marcelo Barros apresenta trabalhos que examinam criticamente esse contexto de tentativas de inovação e as dificuldades de democratizar o campo das práticas policiais e da segurança pública. Ver: RATTÓN; BARROS, 2007.

17 Termo que designa o tipo de polícia que faz o uso combinado de habilidades ligadas a ideia de um “policiamento tradicional” e também aquelas associadas ao “policiamento comunitário”.

conflitos e dificuldades de relacionamento. No segundo plano, a proposta é entender como as denúncias se relacionam às práticas policiais. De outro modo, questiona-se como as denúncias se relacionam ao saber policial e poder policial construído e aplicados nas ruas para gestão de conflitos e do crime, forjando práticas policiais seletivas em uma mesma área de operações. Nesse sentido, esses processos envolvendo as denúncias realizadas à polícia estão calcados no cotidiano das relações entre polícia e população.

Na construção do texto, delimita-se as relações entre policiais e moradores, que se constroem no cotidiano de uma pequena área de operações sobre a minúcia desses processos¹⁸. O artigo inicia com a reflexão metodológica sobre as condições circunstanciais em que a pesquisa foi desenvolvida, destacando a interlocução com policiais militares vinculados ao programa ronda do quarteirão e moradores residentes da área de operações analisada. Essa parte evidencia o detalhamento de como os dados explorados nesse trabalho foram elaborados.

A seguir, as demais seções atentam para os processos recortados nos chamados da população atendidos pela polícia. Sejam aqueles relatados por policiais e moradores com base em seu resgate mnemônico, seja aqueles observados diretamente durante o trabalho de pesquisa no acompanhamento do patrulhamento realizado a bordo da viatura.

A discussão se volta para importantes características dessas relações que as denúncias realizadas pela população e atendidas pela polícia revelam. Assim, a abordagem permite explorar as nuances da gestão dos conflitos e da criminalidade no interior de bairros considerados perigosos e violentos pela instituição policial. Tudo isso leva ao *modus operandi* que programas pretendidos e divulgados como sendo de proximidade e comunitário adotam a partir da experiência do Ronda do Quarteirão no Ceará. Esses processos são analisados ao longo do artigo nos termos da construção de um saber policial construído na formação dos policiais e pelas experiências acumuladas na carreira, ou seja, na constituição de um saber-poder policial¹⁹ que atua nesses territórios combinando de forma seletiva características do policiamento “comunitário” e “tradicional”.

18 Sem perder de vista a generalização teórica, relembro ELIAS; SCOTSON, 2000 que, ao estudarem a pequena comunidade nomeada ficticiamente de Winston Parva, construíram uma teoria geral das relações de poder.

19 FOUCAULT, 1979.

2. Condições metodológicas de abordagem das relações de polícia e população no cotidiano da atividade policial

A imagem da viatura transitando pelas ruas, estacionada num local público ou próximo à casa de alguém é frequente. Os adesivos colados à pintura, a sirene, os policiais portando armas, com sua farda, sua postura e um aparente estado de alerta constante são impressões que, algumas vezes, naturalizam os policiais em seus próprios papéis, para eles próprios e para os outros.

Um Hilux²⁰ cinza, com adesivos em vermelho e o nome “Ronda” em destaque transportava policiais fardados de azul que realizavam seu trabalho por determinadas ruas da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, muitas vezes com as janelas do carro fechadas. O Soldado Fábio justificava essa atitude da seguinte maneira: “Nós saímos de casa todo dia sem saber se vamos voltar. Nada mais justo que termos o mínimo de conforto para fazer nosso trabalho, não é?” (Fala do Policial Fábio turno A, em 31 de agosto de 2011)²¹. No decorrer da realização da pesquisa, era comum ouvir críticas da população contra os “policiais da boa vizinhança”. Segundo Alice, moradora do *Bairro X* “Eles ficam o dia todo passeando de Hilux no ar-condicionado, paquerando as meninas daqui... sem falar que passam correndo, com os vidros do carro levantados...” (Fala de Alice, moradora do *Bairro X* em 3 de setembro de 2011). Essas representações da população, bem ilustradas pelo relato de Alice, revelam desafios para a construção de uma aproximação legítima entre a polícia e suas clientelas em contextos de pobreza e desigualdade social.

Nesse trabalho, a técnica de pesquisa predominante foi a observação participante²². A observação realizada a bordo da viatura da área de operações possibilitou compreender como o saber policial é incorporado às práticas policiais. A observação das ruas, sem a presença dos policiais,

20 Modelo de carro fabricado pela Toyota que carrega o status de ser um carro pouco acessível às camadas mais pobres da população por conta de seu alto preço. O programa de policiamento Ronda do Quarteirão conta com viaturas no modelo HILUXSW4.

21 No decorrer desse estudo serão apresentadas falas de policiais e moradores. Não identificarei por nome, nem idade os interlocutores para preservar suas identidades. Os nomes de pessoas e lugares são todos fictícios.

22 Sobre o uso dessa ferramenta considero uma discussão imprescindível as reflexões de Howard Becker sobre os problemas de inferência e prova na observação participante (BECKER, 1994). Por meio do uso do diário de campo, foram registradas as observações a bordo da viatura durante o patrulhamento e as visitas comunitárias, assim como as incursões pelo bairro entrevistando os moradores sem a presença dos policiais.

permitiu tomar conhecimento do “olhar das ruas”, protagonizado pelos moradores através de suas relações cotidianas nos bairros da cidade. Outra técnica complementar utilizada foi a realização de entrevistas abertas²³. A inserção em campo teve vários mediadores: de um lado, estavam os próprios policiais que atuavam na área, de outro os moradores interpelados sem a presença dos policiais que me apresentaram a outros moradores com os quais foram mantidas conversações sobre as suas percepções acerca do Ronda do Quarteirão. Essas duas esferas de relações aparentemente distintas (com os moradores e os policiais), por vezes, se interligavam no andamento da pesquisa. Portanto, era imprescindível o sigilo em lidar com os dados construídos em campo.

Nos relatos dos moradores surgiram falas sobre as relações mais diversas com a polícia. Em geral os interlocutores tinham opiniões variadas acerca dos policiais do ronda do quarteirão. A polícia da boa vizinhança, no relato dos moradores, de vez em quando “batia também”, apesar de ter policiais mais “educados” que os policiais militares tradicionais, por cumprimentarem em algumas oportunidades os moradores do bairro. Se, de um lado, alguns moradores reclamavam que os policiais do ronda não “chegavam duro nos ‘vagabundos’” como deveriam em sua opinião, do outro, moradores reclamavam de terem sido vítimas de truculência em abordagens dos policiais da boa vizinhança, por conta, por exemplo, do barulho causado pelo aparelho de som em suas residências²⁴. Outro ponto fundamental da pesquisa de campo foi a participação a bordo da viatura das atividades de patrulhamento da área considerada mais solicitada em termos de chamados para a polícia.

Nos caminhos da análise é preciso romper com as pré-noções do senso comum, para evitar cair nas armadilhas do objeto pré-construído. Para tanto, deve-se travar uma luta permanente, mobilizando além de um conjunto de técnicas de pesquisa, métodos específicos de construção e de análise²⁵.

23 As entrevistas abertas abriam caminho para as práticas de conversações com moradores, em separado ou em grupo, nas calçadas e ruas que compunham a área de operações analisada. Nessas ocasiões de interação, partia-se de uma pergunta geral sem muitas pretensões do tipo: “o que vocês acham do ronda?”, que era continuada pelo próprio grupo ou a partir de intervenções do tipo, “ah é?”, “como assim?”. Os relatos dos moradores geraram as questões esboçadas no estudo.

24 Essas percepções sob a forma de relatos dificilmente seriam possíveis em outro tipo de instrumento de coleta de dados, como numa entrevista semi-estruturada ou estruturada, por exemplo.

25 BOURDIEU, 1983.

Assim, evita-se reproduzir os discursos institucionais ou as pré-noções do senso comum acerca das relações analisadas. A problemática em torno dos chamados solicitados e atendidos pela polícia apareceu como recorrente nas incursões em campo. O contato via rádio pela CIOPS (Centro Integrado de Operações de Segurança), transmissão via computador de bordo da viatura sobre ocorrências e suspeitos, ligações pelo telefone móvel da viatura denunciando comportamentos suspeitos, problemas de vizinhança, violência doméstica etc. Além disso, em algumas oportunidades, o telefone pessoal dos policiais recebia ligações oriundas de informantes da polícia no interior dos bairros. Essas relações geravam consequências conflitantes.

As visitas comunitárias²⁶ realizadas pelo Ronda do Quarteirão, por exemplo expressavam tanto os constrangimentos que a aproximação com a polícia podia causar aos moradores (serem vistos como delatores) como ocasiões em que a polícia podia ser útil aos moradores, tornando a aproximação interessante para estes (ao livrá-los de um problema).

Esses processos afetavam o patrulhamento, pois a viatura passava com mais regularidade nas “zonas críticas da área”²⁷ e nas ruas que as localizam, sendo que tais zonas eram resultado da gestão das informações obtidas por meio dessas denúncias. Como exemplo dessa classificação elaborada pelo saber-poder policial territorializado na área operacional, havia um local situado no *Bairro Y*, nomeado pelos policiais de “*Rua do Tráfico*”. Sobre esse lugar recai o estigma de possuir a aglomeração de pontos de vendas de drogas ilícitas, onde o patrulhamento é intensificado. Pouco a pouco realizou-se o mapeamento dessas questões na área de operações por meio da sistematização dos dados obtidos. Assim, era possível detalhar e analisar a vigilância operada pelos policiais no dia-a-dia que, baseada no saber policial, distinguia os lugares mais pacificados dos lugares mais perigosos e seus respectivos moradores. O último grupo, no entanto, era vigiado de maneira mais intensa pelo trânsito diário da viatura. O registro e análise

26 A visita comunitária consistia, simplificada, na apresentação dos policiais aos moradores em visitas regulares onde os policiais tentam extrair dos moradores informações acerca do bairro. Ao final da visita, os policiais passam aos moradores o número do telefone móvel da viatura e solicitam um telefone para contato do morador. Nesse momento, os policiais também distribuíam um imã com o contato do telefone móvel da viatura junto a um *folder* com as fotos e identificação dos policiais da área. Existia uma cota diária por turno estabelecendo a quantidade de visitas comunitárias a serem realizadas no interior da área de operações.

27 Para os policiais os pontos críticos da área, são os pontos de vendas de drogas ou pontos de encontro entre delinquentes do bairro para “marcar delitos”.

das ocorrências policiais observadas diretamente complementava a compreensão do processo. Durante o trabalho de campo, foram observados o atendimento a solicitações diversas: problemas com vizinhos barulhentos, ameaça e tentativa de homicídio, tráfico de drogas, violência doméstica, “brigas de vizinhos”, etc.

A chave de análise para esses processos é entendê-los enquanto ligados a esquemas de saber-poder policial. O saber-poder policial está pensado aqui enquanto incorporação de técnicas, conhecimentos, disciplinas e discursos constituídos na profissão combinadas com as experiências cotidianas do trabalho de patrulhamento dos bairros. Esses esquemas estão implicados nas formas de agir dos policiais na gestão dos conflitos e da criminalidade no interior da área de operações. De outra forma, o que os policiais aprendem nas ruas, ao realizarem a patrulha e atenderem as ocorrências, entre outras coisas, interfere diretamente na forma como o poder policial se exerce no cotidiano, traçando percursos, intensificando patrulhamento em determinados locais, agindo de forma mais truculenta ou mais comedida. Assim, pode-se conduzir uma discussão centrada no funcionamento combinado entre saber e poder policial nesses contextos.

3. Os chamados da população para a polícia: a política de aproximação e seus impactos na gestão policial do crime e dos conflitos na área de operações

A chegada da polícia da boa vizinhança trouxe consigo novas possibilidades de comunicação com os moradores dos bairros. Além do telefone móvel da viatura, repassado aos moradores durante as visitas comunitárias, o trânsito diário da viatura por sua área de operações tornou a presença da polícia cotidiana para os moradores. O programa ronda do quarteirão tinha como uma de suas propostas assumir o papel de polícia mediadora de conflitos no interior dos bairros. Tal proposta defendia que a mediação seria uma das formas de prevenção da violência. Para tanto, os policiais do programa desde sua formação tinham disciplinas voltadas para a capacidade de persuasão e de mediação de conflitos.

O Ronda do Quarteirão, com o passar do tempo, desde sua implantação em 2008, ganhou contornos especiais no cenário urbano da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará. Desde então, o programa passou a ser mais acionado que os demais segmentos da polícia militar local. Além disso,

o efeito de presença e a abordagem da política do programa de policiamento, segundo relato dos próprios policiais militares, refletiu em novas demandas para atuação da polícia nesses territórios que antes eram pouca ou não comunicadas à polícia local²⁸. Os “policiais da boa vizinhança”, no contexto da pesquisa, estiveram constantemente atuando em ocorrências policiais oriundas da ampliação da quantidade de solicitações da população. A presença da polícia no interior dos bairros gerou novos significados e interpretações para a população. A circulação da viatura e a ampliação das formas de comunicação ligadas a essa presença propiciou o aumento na quantidade e conteúdo das denúncias ocorridas.

No caso específico da área de operações em tela, a maneira como a polícia é acionada se dava de forma variada. Esse fato se sustenta na fala de um dos policiais com mais experiência no local: “aqui as pessoas chamam a polícia para tudo... coisas que você nem imagina...” (Fala do Policial Leandro registrada em nota de campo, em 21 de Junho de 2011)²⁹.

O Ronda do Quarteirão tornou-se, naquele contexto, o programa de segurança pública que mais atuava na gestão dos conflitos e da criminalidade no interior dos bairros, afastando-se de sua proposta de caráter mais preventivo e comunitário, embora tenham mantido a política de aproximação com a população e suas estratégias de mediação de conflitos. As situações denunciadas para a polícia militar não passaram a existir com a implantação o programa do Ronda do Quarteirão.

Casos de violência doméstica, vias de fato, brigas de vizinhos etc. ocorriam antes dos policiais da boa vizinhança estarem nas ruas. Tudo se passa como se essas relações se construíssem como interesses regulados por normas sociais específicas pertinentes ao universo das próprias relações entre polícia e população. Não se trata de uma visão utilitarista do laço social construído entre a polícia e suas clientelas, mas sim de um tipo de investimento social em certos objetivos (segurança, proteção, regulação, legitimidade, confiança, reconhecimento, etc.). Nesse sentido, mesmo o ato que se reivindica mais desinteressado, no sentido utilitário da expressão, poderá ser recompensado. Assim, policiais e moradores, polícia e população,

28 Segundo relato de policiais militares, uma dessas novas demandas seriam as “brigas de vizinho”, como expressada no jargão policial.

29 As ocorrências segundo um dos policiais da RD da área, comportam violência doméstica, vias de fato, vizinhos barulhentos até um chamado que atendeu para decidir, durante um jogo de futebol amador, se foi gol ou não.

estabelecem relações no interior de dado território na lógica da produção da segurança pública. Desse modo, essas operações policiais e relações sociais são em grande parte mediadas por interesses implícitos e explícitos aos jogos de poder travados entre estes agentes sociais³⁰.

Antes mesmo de iniciar a discussão, gostaria de pontuar que o uso da categoria analítica “denúncia” se refere às informações repassadas à polícia pelos moradores no interior da área de operações. Essas informações podem ou não se converter em ocorrências policiais. Essa compreensão servirá de elemento de interpretação e análise acerca dessas relações tendo por base o contexto dos chamados realizados pela população e atendidos pela polícia.

As denúncias no interior da área de operações podem tratar tanto de práticas criminosas, como tráfico de entorpecentes, assaltos, ameaças, violência doméstica, etc. quanto de questões conflituosas, como, por exemplo, vizinhos barulhentos, agressões verbais, difamação, cobrança de dívidas, etc. Tais situações, ao se tornarem apelos por intervenção policial, seja por intermédio do CIOPS (Centro Integrado de Operações de Segurança), seja diretamente ao telefone móvel da viatura ou falando diretamente aos policiais na viatura, podem se tornar ocorrências policiais.

Uma das estratégias adotadas na política do programa era encorajar os moradores no interior da área de operações a relatarem os problemas cotidianos que poderiam receber intervenção policial. Uma expressão desse tipo de política era a própria realização da visita comunitária. Usualmente, ao conversarem com os policiais, os moradores se queixavam dos problemas do bairro, como a criminalidade e os conflitos de vizinhança requisitando, por exemplo, maior presença da viatura ou o telefone pessoal dos policiais. Numa situação específica, ao visitarem um pequeno mercantil no interior do *Bairro X* que serviu água aos policiais, Simone, 32 anos, moradora proprietária do estabelecimento queixou-se de estar preocupada com ausência da viatura no local. Ela queixava-se insistentemente da insegurança oriunda dos riscos de um possível assalto a seu estabelecimento, enfatizando horários e atribuindo suspeitas a certos moradores associados ao *status* de praticante de assaltos (Extraído do diário de campo, registro em 20 de outubro de 2010). As visitas comunitárias eram oportunidades para os policiais promoverem a aproximação com as populações locais. Contudo, as visitas não eram aleatórias. Os policiais não realizavam as visitas em

30 Cf. BOURDIEU, 1996.

toda a vizinhança, tratava-se de um processo seletivo, uma vez que seria impossível visitar toda a população da área individualmente. A vinculação que a visita pode produzir, além de critérios de seleção criados pelos policiais, gera efeitos nem sempre agradáveis para o morador visitado.

Durante conversa com um grupo de jovens mulheres moradoras do *Bairro Y* sem a presença dos policiais, uma delas, Verônica, 26 anos, confidenciou ter recebido a visita dos policiais do Ronda do Quarteirão em sua residência. Tendo trocado contato com os policiais, recebeu o imã com o número do telefone móvel da viatura e repassou aos policiais o número de seu telefone celular. Passado certo tempo após seu encontro com a polícia, a moradora contou ter destruído o chip com o número que havia repassado aos policiais da boa vizinhança. A justificativa dessa ação, seria, segundo Verônica, o medo de represálias relacionadas a ser vista como “cagueta”³¹. A aproximação de moradores com os policiais, em certos casos, pode atribuir-lhes o *status* social de delator perante os outros moradores.

Durante a atividade de patrulhamento, quando a viatura passava pelas ruas do *Bairro Z*, os policiais avistaram Ricardo, servente de pedreiro, 33 anos, morador conhecido dos policiais, na companhia de um pequeno grupo de cinco pessoas. Ao estacionar a viatura no local, o morador aproximou-se rapidamente, cumprimentou os policiais e os dispensou com palavras pronunciadas de maneira rápida e incompreensível. Após isso, a viatura se afastou e os policiais justificaram a atitude do morador afirmando que provavelmente ele havia se sentido constrangido ao ser visto com a polícia em público.

Contudo, a repercussão negativa desse contato social com a polícia nem sempre se aplica. Em outra configuração, a aproximação com os policiais pode ser o modo de realizar a demanda direta para solução de um problema. À medida que os moradores possuem um “problema” bem delimitado que possa ser sanado com alguma modalidade de intervenção policial, como o vizinho barulhento, o marido agressor, o tráfico de drogas e ameaças, por exemplo, a aproximação pode ser socialmente positiva.

Eugênia, 36 anos, proprietária de um bar, moradora do *Bairro Y*, após iniciarmos uma conversa sobre suas percepções acerca do ronda do quartei-

31 O termo “cagueta” é uma expressão comum na região nordeste associada negativamente a figura do delator. Estar associado a condição de “cagueta” pode, por um lado, conceder o prestígio de se tornar um informante para os policiais, por outro lado, pode causar grave constrangimento ou expor ao risco o morador no interior dos bairros.

rão, apresenta a dinâmica dos conflitos e da criminalidade no bairro como um fator explicativo para realização de uma denúncia a polícia:

Eu mesmo, se eu ver, eu acho que tenho coragem de ligar pro ronda. Eu tenho os contatos deles aqui, e minha amiga tem o de um deles... Porque, graças a Deus, aqui no nosso trecho, aqui não tem boca de fumo, mas ali para cima é muita boca e eu estou é fora! Não passo nem no trecho, se eu ver eu ligo...” (Fala de Eugênia, 36 anos, moradora do *Bairro Y* registrada em 19 de Agosto de 2011).

A fala da moradora ilustra que a “coragem” para a realização do seu apelo se manifesta quando o “problema” delimitado por ela como caso de polícia, de alguma maneira gera consequência direta para ela própria ou sua vizinhança, como fica claro em sua ênfase sobre a ocorrência da prática criminosa estar mais ou menos próxima do seu “trecho”. Em sua fala, a moradora se reporta a locais que são pontos de vendas de drogas ilícitas. Os quadros de motivos possíveis narrados para ação e omissão de Eugênia levam em consideração certas representações morais sobre o tipo de crime e o local onde ocorre, justificando assim, sua tolerância ou sua denúncia.

Na constituição de laços sociais entre polícia e população, há processos interessados em estabelecer “os olhos e os ouvidos da polícia no interior dos bairros”³². A condição da aproximação com o público, constituída pela área de operações, revela a política da polícia de tornar os moradores um elemento ativo na gestão das informações sobre o território e, portanto, da própria gestão da criminalidade e dos conflitos na área. Tal condição passa a ser diretamente afetada pela presença da polícia e suas estratégias de aproximação e comunicação.

Ainda que esse contexto de comunicação em que as denúncias à polícia ocorrem esteja estritamente relacionado à noção de suspeita e das práticas criminosas propriamente ditas, não se trata de uma dimensão unívoca. Há outros pontos de inflexão nas experiências cotidianas dos policiais que ilustram como esses processos podem ampliar e intensificar o papel da polícia no interior dos bairros no plano cotidiano.

Em situação de atendimento a um desses chamados da população, o ronda do quarteirão foi acionado por uma moradora que denunciou uma

32 BAYLE; SKOLNICK, 2002, p. 19.

residência próxima a sua vizinhança, afirmando que o local em questão era um ponto de venda de drogas ilícitas. Segundo os policiais, ao chegarem ao local indicado e adentrarem a residência descobriu-se que não se tratava de um ponto de venda de drogas, mas sim da casa da nora da autora do chamado. No atendimento da ocorrência, os policiais da boa vizinhança constataram que a denúncia tinha como intuito causar constrangimento à moradora em razão do péssimo relacionamento familiar entre sogra e nora. Esse caso em especial revela como os usos sociais da polícia podem gerar máculas na reputação social dos moradores em suas vizinhanças e bairros. Destaca-se o papel da polícia na gestão desses conflitos, atuando não só na resolução de conflitos pré-existentes, mas em processos de inauguração e manutenção dos conflitos no interior dos bairros.

Em outro caso observado diretamente, os policiais foram acionados para arbitrar um jogo de futebol amador no *Bairro Z*. O conflito, iniciado a partir de uma jogada polêmica no decorrer do jogo, havia exaltado os ânimos e o confronto generalizado corpo a corpo estava prestes a ocorrer. Ao engrandecer de complexidade, o conflito da prática esportiva poderia chegar às “vias de fatos”, como é nomeada a luta corporal no jargão policial, gerando lesões corporais ou até mesmo a possibilidade de homicídio. Após o envolvimento da polícia com a ocorrência, os policiais se tornam responsáveis pelo desfecho da situação. O conflito iniciou-se após o questionamento entre as equipes de um gol duvidoso em jogada anterior, assim, a mediação praticada pelo Policial Militar, o Soldado Joaquim, foi momentaneamente assumir as rédeas do jogo, tal qual fosse um árbitro de futebol. Ele sugeriu a cobrança de uma “penalidade máxima”³³. A cobrança foi para fora e o jogo prosseguiu normalmente. Os jogadores agradeceram aos policiais e a ocorrência foi solucionada. Esse caso específico explicita como a presença da polícia e a execução de procedimentos adequados de mediação podem atenuar o quadro de conflito.

Ao atuarem em sua área de operações, os policiais definem prioridades de ação e proteção com base em critérios alicerçados na experiência policial do cotidiano. Em outras palavras, a prática policial é desempenhada por meio de um saber-poder policial que se aplica nas ruas. A seguir, veremos

33 Na regra do futebol, a penalidade máxima é a punição mais grave, que ocorre quando o jogador é vítima de falta no espaço da pequena área. Na penalidade o jogador realiza o chute da distância indicada, tendo apenas diante de si o goleiro e as traves.

como as relações de poder, desenhadas no interior da área de operações, são articuladas às estigmatizações de relações sociais convertidas em espaços físicos. O exercício do poder policial se articula diretamente à classificação dos moradores e dos lugares a que pertencem, de acordo com o saber policial, estigmatizando lugares e moradores perigosos, por um lado, classificando os “cidadãos de bem”, por outro. Essa configuração estabelece formas seletivas de atuação e proteção, bem como estratégias de disciplinamento e vigilância, permeando as agências dos policiais militares da boa vizinhança no interior dos bairros.

3.1. Moralidades, estigmas e seletividade nas relações de poder entre polícia e população

O acompanhamento das atividades do patrulhamento permitiu observar que o ronda do quarteirão não distribuía aleatoriamente a presença da viatura na área de operações. Conforme conheceram a área, os policiais sistematizaram a regularidade dos tipos de demanda no território, definindo critérios de aproximação com a população, classificando lugares mais “perigosos” e mais “pacificados”. Ao classificarem esses lugares, a atuação policial constrói maneiras seletivas de proteção, intensificando o patrulhamento em determinadas localidades dos bairros tidas como mais críticas.

Os lugares que constituem a área de operações são classificados conforme se constitui a aplicação do saber policial nas ruas. Durante o patrulhamento, a recorrência de flagrantes durante abordagens policiais a suspeitos e as denúncias de moradores, fazem desencadear formas seletivas de atuar e proteger por parte dos policiais. A respeito disso, pode ser citado o patrulhamento mais intenso realizado no *Bairro Y* durante o turno da noite. A viatura passou a maior parte do tempo em determinados lugares do bairro, sobre as orientações do policial Fábio, o mais experiente (que atuava no mesmo território desde o início da atuação do programa na cidade em 2008). Segundo Fábio, a presença da viatura tinha por objetivo prevenir crimes. Conforme a viatura passava pelas ruas do bairro, rapidamente os policiais apontavam supostos “vagabundos”, “traficantes”, “bocas-de-fumo”, supostamente conhecidos pelos policiais.

O traslado da viatura vigiava os moradores que respondiam olhando de maneira desconfiada a sua passagem. O poder policial se exercia na

vigilância operada durante o deslocamento do veículo. Toda essa vigilância, operada pelos policiais no deslocamento da viatura nas zonas críticas da área sugere uma política de disciplinamento do espaço, aplicando estratégias de presença para reforçarem uma relação de domínio naquele território. Todavia, o poder deve ser pensado do ponto de vista relacional, ou seja, como uma “multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” construindo, dessa maneira o “o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte”; essas correlações de força, presentes nas relações de polícia e população, resultam em “[...]cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições”³⁴. Desse modo, as práticas da polícia na gestão desses territórios enquanto relações de poder devem ser problematizadas a partir de suas estratégias e caminhos para sua institucionalização ou seu enfraquecimento, uma vez que o termômetro de qualquer tipo de estratégia de policiamento é a legitimidade de atuação da instituição policial diante de suas clientelas.

Compreender as relações de polícia e população a partir dessa inspiração foucaultiana, permite adentrar os esquemas de sujeição e disciplinamento em que estão envolvidos policiais e moradores no jogo cotidiano das ações dos policiais em sua área de operações. Veja-se, por exemplo, os esquemas de vigilância operados cotidianamente que têm como alvo as populações que habitam os lugares considerados perigosos. O exercício do poder policial nesse contexto tem se deparado com o desafio da gestão de uma “violência difusa”³⁵, situação em que se torna cada vez mais difícil prever a forma, o alvo e as vítimas de casos de violência. Essa configuração difusa da violência, conforme observa Tavares³⁶, permite questionar que estas relações não se desvinculam do possível uso excessivo de poder praticado pelos próprios policiais militares no exercício do seu mandato cotidiano³⁷.

A regularidade de presença do programa ronda do quarteirão nas ruas por onde passava a viatura na área tornou-se um importante dado da

34 FOUCAULT, 1993, pp. 88-89.

35 B ARREIRA, 2008.

36 TAVARES, 2010.

37 Vale-se ressaltar que está sendo levado em consideração aqui a dimensão da violência simbólica que a própria ação e omissão da polícia fabrica cotidianamente, reproduzindo lógicas de segregação espacial e reforçando distâncias sociais entre polícia e sociedade.

pesquisa. Os motivos mencionados pelas equipes de policiais levavam a rotinização de certos percursos e procedimentos. Dois aspectos podem ser citados para analisarmos as relações específicas que regulam e polarizam o percurso dos policiais: o primeiro aspecto é a sistematização da incidência, regularidade e intensidade de ocorrências policiais e sua distribuição no território; o segundo aspecto é a constituição de laços sociais pelos policiais do programa com moradores da área de operações, isso inclui as visitas a moradores simpatizantes da instituição policial ou associados a condição de informantes confiáveis.

Um dado observado é que a intensificação do patrulhamento nas “zonas críticas” da área correspondia inversamente ao grau de visitas comunitárias realizadas pelos policiais nesses locais. Nas “zonas críticas”, as representações acerca da criminalidade associada às pessoas e ao local, fazia com que esses moradores fossem evitados pelos policiais para a apresentação e troca de contatos. Isso reforçava desconfianças recíprocas e confrontava a própria política de proximidade do programa de policiamento³⁸. Com isso, o exercício do poder policial se manifestava de forma ambivalente, a polícia estava mais presente onde menos se realizam estratégias de aproximação para prevenção da violência e mediação de conflitos. Essa configuração resultava no cenário de interação seletiva nesse escopo de relações desenhado sob o terreno das relações de poder de polícia e população.

O saber-poder policial cotidiano impedia a aproximação social com certos moradores, estigmatizando pessoas distribuídas no território como potencialmente criminosas e desconfiáveis. Mais do que classificarem espaços como perigosos com base em representações sociais, os policiais classificam também os moradores que mantêm residência nesses lugares. Se, por um lado, a presença da viatura busca prevenir crimes, por outro, evita os moradores como potenciais “parceiros da segurança” para troca de contatos. A matriz de práticas dos policiais do programa tinha em sua estrutura um mapa moral usado para separar o “cidadão” do “vagabundo”, conforme expressão do jargão policial. No entanto, essa visão simplista não

38 As relações de confiança dependem do modo como os laços sociais são constituídos. Segundo Bauman, o contraponto do laço social baseado em confiança é aquele baseado no medo e na insegurança. Em sua análise, o autor observa que o tipo de laço social que tem como característica a busca por segurança e confiança tem gerado, eventualmente, problemas complexos de segregação, isolamento e medo generalizado. A alternância desse processo tem sido uma marca da postura dos estados modernos diante da busca laboriosa de garantir proteção e segurança (BAUMAN, 2005).

constituía uma fonte confiável para lidar com esses territórios estigmatizados e sua diversidade.

Durante a pesquisa, existiam informantes dos policiais residentes nessas localidades. O contato, no entanto, se dava em condições especiais. Segundo os policiais, alguns moradores que residiam nas “zonas críticas”, ao se deslocarem diariamente pela área, se encontravam com os policiais em locais afastados da sua residência para repassar discretamente informações consideradas importantes pelos policiais.

A presença dos policiais nessas zonas propicia maior contato entre policiais e moradores, pois a polícia é constantemente acionada e realiza abordagens policiais de maneira bastante intensa. No entanto, a qualidade do contato está prejudicada pelas desconfianças recíprocas alimentadas pelo próprio modelo de gestão do território no exercício do poder policial. A seguir, detalha-se uma pequena descrição desse contexto de atendimento a ocorrências nessas localidades. Durante o turno da tarde do dia 11 de outubro de 2011, o atendimento a três ocorrências policiais consecutivas em curto espaço de tempo foi observado diretamente.

Primeiro ocorreu um tiroteio nas proximidades de uma das principais avenidas do *Bairro Y*. No mesmo dia, ocorreram casos de ameaça de violência doméstica e problemas com vizinhos barulhentos. Com exceção do caso de violência doméstica, as informações sobre as ocorrências chegaram aos policiais da boa vizinhança por intermédio do rádio da CIOPS.

Assim que se iniciou o turno da tarde, às 14h00min, a equipe de policiais recebeu um alerta via computador de bordo oriundo do CIOPS informando um endereço no interior do *Bairro Y* com a seguinte mensagem “recebemos denúncias de que há um aparelho de som ligado em nível abusivo nesse local”. Esse tipo de ocorrência é classificado no jargão policial como “desordem” ou “perturbação”. Assim, após confirmar o recebimento, os policiais se deslocaram até o local indicado, com alguma dificuldade. A maior parte das ruas naquelas proximidades estavam sem placas de identificação. Segundo os policiais, essa era uma estratégia de criminosos para confundir e adiar a resposta da polícia a uma denúncia. Assim, os policiais recorriam a estacionar a viatura e perguntar a outros moradores como chegar até o local. Ao chegar ao local indicado, não foi identificado nenhum tipo de barulho ou indício de aparelho de som. O policial Anderson mencionou que poderia ter acontecido de o proprietário do aparelho de som ter sido avisado ou percebido a aproximação da polícia e ter desligado

o aparelho, ou o que ele achava mais provável que alguém tivesse realizado uma falsa comunicação, o que se conhece popularmente como o “trote”. O trote poderia ser desprezioso, ou com a intenção de criar uma “cortina de fumaça”, deslocar a viatura e os policiais para um lugar, enquanto algum tipo de atividade criminosa é executada em outro local. Segundos após o encerramento do atendimento, chegou nova mensagem da central de informações, dessa vez, descrevia uma ocorrência mais complexa em região fronteira com outra área de operações da cidade. A denúncia narrava que um homem conhecido pelo codinome “Bituca”, descamisado e se deslocando de bicicleta, efetuara disparos de arma de fogo contra duas mulheres, em tentativa de homicídio. Conforme a viatura se aproximou do local indicado, havia cerca de sete pessoas na calçada. Sem descer da viatura, um dos policiais perguntou o que havia ocorrido. Como resposta uma das moradoras disse que há poucos instantes havia ocorrido um tiroteio, mas que não sabia para que direção fora a pessoa que efetuou os disparos. Essa moradora orientou os policiais, “perguntem ali mais para baixo...”, indicando com o dedo a continuidade da rua. Ao seguir na direção da avenida 01, os policiais desembarcaram da viatura e tentaram conversar com outros moradores sentados sobre a calçada sobre os disparos de arma de fogo. Todos que foram interpelados mostraram-se reticentes e se esquivaram em informar mais características ou direções para onde o suspeito fora, o que irritou a equipe de policiais. Os policiais se afastaram do local e circularam nas proximidades em busca do suspeito, conforme a viatura se afastou, um deles comentou: “eita povo amundiçado da porra, tem um tiroteio e fica todo mundo é na calçada...”³⁹ (Nota de campo em 11 de outubro de 2011). Ainda naquele dia, ocorrências de violência doméstica e ameaça foram atendidas.

O *Bairro Y* é tido como o mais “problemático” pelos agentes de segurança da área. Por ser o local onde a viatura passa mais tempo é onde há maior nível de interação entre polícia e população. Isso não quer dizer que a presença da polícia constitua excelente relacionamento com os moradores do

39 O termo “amundiçado” é constantemente empregado aos moradores do *Bairro Y* pelos policiais. Segundo relatos de policiais, ao acionarem a sirene da viatura, certos moradores ao invés de se sentirem alertados e evitarem se aproximar, como desejam os policiais, acabam saindo de suas residências e observam de perto a situação. Ao se tornarem espectadores da ocorrência policial ou do caso de violência, como na situação narrada, os moradores podem ser classificados como “mundiça”, sendo que esse *status* pode ser mais ou menos duradouro. Esse tipo de classificação também está relacionado à tendência que os policiais têm em evitar a aproximação social com esses moradores.

bairro. Independentemente do grau maior ou menor de casos conflituosos entre policiais e moradores, a intensidade de interação propiciada pela presença da viatura tanto pelo seu trajeto diário, como pelo atendimento de ocorrências, não está dissociada de um caráter seletivo de se aproximar ou evitar alguns moradores.

A gestão policial das informações oriundas da população e da inteligência policial indicam lugares por onde a viatura deve se deslocar de maneira mais regular. Nesse sentido, a regularidade de denúncias e ocorrências policiais orientam as ações policiais, sobretudo aquelas relativas à construção da suspeita, na elaboração de perfis de potenciais suspeitos e dos lugares que podem localizá-lo. Dessa forma, lugares onde reincidem modalidades de ocorrência policial, como no caso do tráfico de drogas ilícitas, por exemplo, são classificados de acordo com as ocorrências cristalizadas no espaço físico onde incidiram. A constituição de uma “zona crítica” é resultado deste processo⁴⁰.

Isto pode ser verificado em trechos da área de operações indicados pelos policiais de acordo com ocorrências que lá incidiram a partir de sua experiência. Nesse sentido, algumas das ruas do *Bairro X* eram apresentadas pelos policiais como locais onde ocorriam muitos assaltos. No *Bairro Z*, um local de moradia existente a partir de um projeto de habitação municipal da década de 1990 é associado ao tráfico de drogas ilícitas. No *Bairro Y*, determinadas ruas pareciam, na percepção dos policiais, espaços de “violência doméstica”, entre muitas outras associações presentes nas percepções e práticas discursivas de policiais militares sobre esses locais.

Essas representações podem ter respaldo estatístico ou se tornarem discursos oficiais gerando uma cristalização dessas classificações no saber policial. Os policiais codificam o espaço social no espaço físico, ligando determinadas localidades a ocorrências policiais de maneira naturalizada. As ocorrências policiais podem também ser oriundas de relações conflituosas entre vizinhos ou problemas de natureza diversa à questão criminal propriamente dita. Tudo se passa como se essas classificações fossem incorporadas no curso do

40 O espaço físico é também um espaço social, ou seja, um espaço de relações sociais baseada em formas de classificação e distinção social. A leitura possível desse processo é a geração de “efeitos de lugar” (cf. BOURDIEU, 2003) como premissa e como resultado do exercício do poder policial. Desse modo, “O espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais” (BOURDIEU, 2003, p. 160).

exercício do mandato policial cotidiano. A classificação do espaço social convertido em espaço físico não está dissociada de processos de estigmatização social e das relações de poder que se desenham com a presença da polícia, relacionadas à manutenção da ordem e o controle da violência.

O estigma designa uma forma de relação especial entre o atributo e o estereótipo. O estigma traz como consequência a produção da identidade deteriorada, na relação com o sujeito estigmatizado, este é percebido enquanto desviado da condição de normalidade sobre a atribuição de uma qualidade moral negativa que lhe pesa⁴¹. Os moradores que residem em locais classificados como zonas críticas são percebidos pelos policiais como potencialmente perigosos. As classificações produzem a identidade de morador perigoso que se estende por determinados lugares da área de operações em oposição à figura moral do “cidadão de bem” e dos terrenos considerados “pacificados” pela polícia.

A constituição desse processo de zoneamento tem como justificativa a função técnica de prevenção do crime em determinados locais da área de operações. O efeito inesperado desse processo é a nomeação informal de equipamentos públicos como ocorre por exemplo com a “pracinha dos vagabundos”⁴² na gestão informal desses espaços pelos policiais. A associação desses espaços com supostos desvios criminais ou morais dos seus usuários ou moradores é em si problemática para construir a aproximação da polícia no território. Outro caso que pode ser destacado é a chamada de “Rua do Tráfego”, apontada pelos policiais da boa vizinhança como o local mais problemático do *Bairro Y*. Além das dificuldades de relacionamento com alguns moradores da rua, o local é percebido pelos policiais como local de aglomeração de pontos vendas de drogas ilícitas. O mesmo ocorre com outros locais da área associados a essas características, embora de maneira menos intensa. Essas representações têm potencializado a existência de conflitos nas formas de relacionamento entre policiais e moradores na extensão da área de operações.

O *Bairro Y* é o que comporta a maior parte das “zonas críticas” na área de operações. Para os policiais, a hostilidade e desconfiança contra a polícia

41 Cf. GOFFMAN, 1985.

42 No histórico da área narrado pelos policiais essa praça situada ao *Bairro Y* é local de aglomeração de assaltantes, “aviõesinhos” do tráfico e homicidas, marcado também pela presença de “gangues” locais. Segundo eles, a constatação desse cenário deu-se em virtude do número de denúncias e flagrantes realizadas no local.

tem a ver com as afinidades, parentescos e laços sociais entre as pessoas que moram nesses locais com criminosos, presidiários e ex-presidiários que foram alvos de operações policiais no território. Para os moradores, a sensação de uma polícia que não está aberta ao diálogo e aproximação na mesma intensidade que emprega energia para exercício da vigilância e controle gera desconforto e impede a construção de laços de confiança. Essa forma seletiva de proteção e atuação dos policiais amplia as possibilidades de clima hostil e de desconfiança contra a polícia.

Assim, a presença da polícia da boa vizinhança sobre a justificativa de proteger e garantir a segurança, passa a estigmatizar essas zonas do território. Ao passo que o local é “protegido” pela presença da viatura, o lugar e seus moradores passam a ser evitados na aproximação com a polícia. Na percepção dos policiais, ao buscar a construção de proximidade com os moradores de uma área de operações, pode-se incorrer no risco de se aproximar daqueles a quem deveriam punir sendo, portanto, recomendável manter certa objetividade e distanciamento. Nessa lógica, os policiais entendem que devem se aproximar daqueles a quem devem proteger, ou seja, dos considerados “cidadãos de bem” e, ao contrário, devem evitar aqueles a quem devem vigiar, disciplinar e punir: os considerados “criminosos em potencial” e seus “simpatizantes”⁴³. Por meio da constituição da “zona crítica” há uma combinação provisória e dinâmica de relações sociais que envolvem os policiais e moradores.

Como ponto de inflexão das representações policiais acerca do território, pode ser citado o caso da “*favela dos trabalhadores*”, situada no *Bairro Y*. Inicialmente pensada como local perigoso, com o passar do tempo passou a ser vista, segundo palavras dos policiais, como “um local de gente trabalhadora”, possuindo uma quantidade significativa de moradores homens com faixa etária variada que atuavam informalmente na construção civil, como pedreiro ou servente de obras, atuando no próprio bairro e em outras regiões da cidade.

Segundo relato do Policial Fágner, um dos mais experientes no patrulhamento do local, uma operação contra o tráfico de drogas no *Bairro Z* criou um clima hostil contra os policiais do programa em outra parte da área. Até

43 Nesse processo, ao lidar no cotidiano com os moradores, existiam maneiras seletivas de escolher os locais onde ocorreriam as “visitas comunitárias”. As visitas comunitárias que presenciei estando na viatura jamais incidiram nas zonas críticas. Nestes locais a viatura se faz presente não para a troca de contatos, mas para vigiar os lugares e moradores.

então a “favela da alta tensão” gozava de uma boa relação com os policiais da boa vizinhança. No entanto o quadro se modificou após a prisão de três moradores no local flagrados com quantidade significativa de drogas ilícitas enterrada nas suas propriedades. A partir desse caso, a relação se desgastou e as desconfianças e hostilidades recíprocas foram alimentadas. No período da pesquisa, a população do local arremessava pedras na viatura quando os policiais da boa vizinhança passavam. Em contrapartida, os moradores do local, como é o caso de Terezinha, 40 anos, acusam os policiais de só irem até o local por conta da pobreza do lugar e de agirem com truculência e desrespeito sem necessidade: “eles chegam gritando, mandando os meninos irem para a parede, dando tapas, não precisa disso não, meu filho...” (Nota de campo em 23 de agosto de 2011).

Os conflitos desencadeados sob essa configuração de relações humanas de interdependência⁴⁴ que é a área de operações da polícia geram formas de ruptura e formas de coesão social, tornando-se elementos fundamentais para a compreensão da possibilidade de constituição dos laços sociais entre polícia e população. Trata-se de uma situação ambivalente.

Durante a realização da pesquisa, havia um *feedback* positivo em relação aos efeitos de presença da polícia, sobretudo a avaliação da resposta policial aos apelos da população. Jaqueline, 24 anos, moradora do *Bairro Y*, por exemplo, relatou que “o ronda melhorou muito o bairro, agora a gente liga para polícia e a polícia vem ao local... passa mais segurança a gente ver a viatura vindo resolver os problemas da gente e passar o carro na rua da nossa casa, antes não tinha isso não...” (Fala da moradora Jaqueline em 2 de Junho de 2011). Essa mesma configuração revela dimensões específicas das relações de poder oriundas do controle social produzido pela presença da polícia. Naqueles contextos observados, o mandato policial cotidiano era uma maneira de produzir discursos e práticas sobre a população enfatizando a docilidade e a utilidade⁴⁵ da população diante do serviço policial, para utilizar uma expressão foucaultiana.

Essas configurações descritas são provisórias, pois as dinâmicas dos laços sociais entre polícia e população que selecionam alvos para abordagem policial, ou preferências morais por possíveis informantes, podem sofrer

44 Cf. ELIAS, 2000.

45 Michel Foucault pensa esse processo enquanto estratégia de disciplinamento para gerar corpos dóceis para a política e úteis economicamente no contexto do surgimento das instituições modernas, com especial atenção para a prisão moderna (FOUCAULT, 1987). Há um paralelo que pode ser feito com outra tecnologia

mudanças. Por outro lado, a própria definição da “zona crítica”, enquanto tipo de cristalização do espaço social no espaço físico, pode “migrar” de um lugar para o outro. As interdependências entre polícia e população estão para além da garantia ou ampliação do “sentimento de segurança”, podendo ser enxergadas na dinâmica de suas interações e na constituição dos seus laços sociais, tanto aquelas que constituem a sociabilidade e solidariedade, quanto a desconfiança e a estigmatização. Esses laços devem ser analisados considerando a estrutura das relações de poder e dominação.

4. Considerações finais

A partir do detalhamento e análise dos materiais de pesquisa, o presente artigo abre novas possibilidades de investigação acerca das práticas policiais. A abordagem apresentada aqui não se limita apenas a contrapor práticas do passado autoritário à possibilidade futura de democratização da instituição policial. O horizonte da pesquisa foi construído pela observação das rotinas do atendimento policial às demandas da população em contextos de tentativas de aproximação entre a polícia ostensiva e seu público.

Os chamados da população constituem uma dimensão fundamental do cotidiano policial no contexto das atividades de patrulhamento. Esses apelos colocam em ação os policiais e revelam a tessitura das relações de poder entre polícia e população. A ênfase analítica nas atividades da polícia do presente, ou seja, o tipo de policiamento que combina elementos e habilidades tradicionais da polícia com técnicas e conceitos de estilos comunitários de patrulhamento e aproximação com as clientelas, permite problematizar os limites e possibilidades de tentativas de resgate da credibilidade da instituição policial perante a sociedade. Trata-se de um exame sobre os impactos desse tipo de iniciativa na gestão dos conflitos e da criminalidade em territórios que estão e estiveram esquecidos por políticas sociais e um melhor planejamento para garantir o direito à segurança dessas populações.

A descrição e análise do cotidiano das relações de polícia e população, tendo como lócus uma pequena área de operações, permitiu vislumbrar questões mais abrangentes sobre as práticas da polícia. Esse universo

disciplinar tratada pelo autor que é complementar a disciplina, a biopolítica. Essa última diz respeito as maneiras de “fazer viver” e “deixar morrer”, ou seja, o problema da vida como objeto de escrutínio na gestão da população (FOUCAULT, 2005). As relações de poder travadas na produção social da segurança das pessoas, envolvem ambas tecnologias.

cotidiano é muitas vezes esquecido pela produção de juízos valorativos ou a redução dessa complexidade a simplificações jurídicas sem a devida exploração desse universo de relações sociais. Essas relações envolvem a gestão das práticas ilícitas da população, dos seus conflitos, potencializando tipos diferentes de interação social entre policiais e moradores. Nesse sentido, seus elementos constitutivos são esquemas de dominação e poder.

O efeito da estigmatização do território no exercício do poder policial está relacionado às dinâmicas de relacionamento no interior dos bairros. A política de aproximação da polícia com a população é capturada por processos de seleção moral que reproduzem formas de segregação espacial e distâncias entre a polícia e seu público. Assim, determinadas clientelas são definidas como confiáveis e a construção de laços sociais com elas é desejável e necessária, enquanto outras clientelas são assimiladas como maculadas e evitadas para o contato social da polícia e seus agentes.

A exploração dessa ambivalência permite uma compreensão mais fundamentada desse tipo de experiência envolvendo estratégias aproximação entre polícia e população.

Referências

- BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. *São Paulo em Perspectiva*, [s.l.], v. 18, n. 1, pp. 77-86, mar. 2004.
- _____. *Cotidiano Despedaçado: Cenas de uma violência difusa*. São Paulo: Pontes, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAYLE, David H.; SKOLNICK, Jerome. *Policimento Comunitário*. São Paulo: Edusp, 2002.
- BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, [s.l.], v. 18, n. 1, p.119-131, mar. 2004.

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- _____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____; CHAMBOREDON, Jean-claude; PASSERON, Jean-claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL, Maria Glaucíria Mota. As crises na segurança pública: Mudanças e Permanências. *Políticas Públicas e Sociedade*, Fortaleza - Ce, v. 6, n. 1, pp. 89-106, jan. 2003.
- _____.; ABREU, Domingos. Uma experiência de integração das polícias civil e militar: os Distritos-Modelo em Fortaleza. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 318-355, Dez. 2002
- CERQUEIRA, Carlos Nazareth. *O futuro de uma ilusão: sonho de uma nova polícia* – Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FREITAS, G. J. MELLO, P. D. A. & ALMEIDA, R. O. *Organizações Policiais em Revista*. Campinas: Pontes, 2009.
- FREITAS, J.F.G. *Implantação do policiamento comunitário na cidade de Juazeiro do Norte através do programa “Ronda do Quarteirão”*: possibilidade para redução dos índices de violência. Monografia, UNISUL, 2009.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- MUNIZ, Jaqueline. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies Review: Center for Hemispheric Studies*. Washington, DC, v.1 Mai, pp. 22-25, 2001.
- PINHEIRO, A. S., *Polícia comunitária e cidadã – entre velhas e novas práticas policiais*. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

- _____. A Polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 28, n. 2, agosto de 2013.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: PAOLI, Maria Célia et al. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 57-91.
- RATTON, J. L.; BARROS, M. *Polícia, Democracia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2007.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, pp. 11-25.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- ZAVERUCHA, Jorge. Poder militar: entre o autoritarismo e a democracia. *São Paulo em Perspectiva*, [s.l.], v. 15, n. 4, pp. 76-83, dez. 2001.

Recebido em 12 de dezembro de 2016.

Aprovado em 26 de dezembro de 2017.